







**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2018

PERÍODO  
TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)

EMISSÃO  
30/11/2018

PÁGINA  
2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>243.968.194,79</b>	<b>252.259.676,39</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>243.968.194,79</b>	<b>252.259.676,39</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>5.522.567,53</b>	<b>4.383.019,36</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>39.251.956,09</b>	<b>29.766.689,18</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>238.445.627,26</b>	<b>247.876.657,03</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>14.002.450,54</b>	<b>17.858.085,75</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>190.713.788,16</b>	<b>204.634.901,46</b>

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>16.985.754,18</b>	<b>17.086.119,87</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>20.519.851,86</b>	<b>18.603.966,84</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	16.985.754,18	17.086.119,87	Execução dos Atos Potenciais Passivos	20.519.851,86	18.603.966,84
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	16.979.855,25	17.080.220,94	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	5.898,93	5.898,93	Obrigações Contratuais a Executar	20.519.851,86	18.603.966,84
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>16.985.754,18</b>	<b>17.086.119,87</b>	<b>TOTAL</b>	<b>20.519.851,86</b>	<b>18.603.966,84</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-30.081.107,77</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-3.648.280,79</b>
Educação	-5.604.215,00
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-437.820,29
Recursos de Receitas Financeiras	-230.368,65
Alienação de Bens e Direitos	2.927,87
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.768.813,41
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-147.618,13
<b>TOTAL</b>	<b>-33.729.388,56</b>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 30/11/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.171.853,00</b>	<b>2.171.853,00</b>	<b>747.784,00</b>	<b>-1.424.069,00</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>44.790,00</b>	<b>44.790,00</b>	<b>36.159,34</b>	<b>-8.630,66</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	44.790,00	44.790,00	36.159,34	-8.630,66
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	<b>576.714,00</b>	<b>576.714,00</b>	<b>515.934,40</b>	<b>-60.779,60</b>
<b>Receita Industrial</b>	<b>61.935,00</b>	<b>61.935,00</b>	<b>70.005,30</b>	<b>8.070,30</b>
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>1.474.304,00</b>	<b>1.474.304,00</b>	<b>108.407,09</b>	<b>-1.365.896,91</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.474.304,00	1.474.304,00	108.387,09	-1.365.916,91
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	20,00	20,00
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>14.110,00</b>	<b>14.110,00</b>	<b>17.277,87</b>	<b>3.167,87</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	6.712,68	6.712,68
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	14.110,00	14.110,00	7.255,19	-6.854,81
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	3.310,00	3.310,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 30/11/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>2.171.853,00</b>	<b>2.171.853,00</b>	<b>747.784,00</b>	<b>-1.424.069,00</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>2.171.853,00</b>	<b>2.171.853,00</b>	<b>747.784,00</b>	<b>-1.424.069,00</b>
<b>DEFICIT</b>			<b>233.922.067,99</b>	<b>233.922.067,99</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.171.853,00</b>	<b>2.171.853,00</b>	<b>234.669.851,99</b>	<b>232.497.998,99</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>267.732.532,00</b>	<b>294.739.078,00</b>	<b>232.658.959,01</b>	<b>205.105.791,36</b>	<b>202.573.706,90</b>	<b>62.080.118,99</b>
Pessoal e Encargos Sociais	198.087.382,00	222.826.750,00	178.857.698,76	163.611.336,15	163.611.336,15	43.969.051,24
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	69.645.150,00	71.912.328,00	53.801.260,25	41.494.455,21	38.962.370,75	18.111.067,75
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.570.627,00</b>	<b>4.465.062,00</b>	<b>2.010.892,98</b>	<b>535.998,53</b>	<b>382.190,54</b>	<b>2.454.169,02</b>
Investimentos	4.570.627,00	4.465.062,00	2.010.892,98	535.998,53	382.190,54	2.454.169,02
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>272.303.159,00</b>	<b>299.204.140,00</b>	<b>234.669.851,99</b>	<b>205.641.789,89</b>	<b>202.955.897,44</b>	<b>64.534.288,01</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-







MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 30/11/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>272.303.159,00</b>	<b>299.204.140,00</b>	<b>234.669.851,99</b>	<b>205.641.789,89</b>	<b>202.955.897,44</b>	<b>64.534.288,01</b>
<b>TOTAL</b>	<b>272.303.159,00</b>	<b>299.204.140,00</b>	<b>234.669.851,99</b>	<b>205.641.789,89</b>	<b>202.955.897,44</b>	<b>64.534.288,01</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.454.092,57</b>	<b>18.435.946,09</b>	<b>14.265.213,31</b>	<b>13.568.079,44</b>	<b>1.985.872,42</b>	<b>5.336.086,80</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	488.293,46	19.476,32	19.476,32	468.817,14	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.454.092,57	17.947.652,63	14.245.736,99	13.548.603,12	1.517.055,28	5.336.086,80
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.717.695,99</b>	<b>6.001.874,42</b>	<b>5.933.925,70</b>	<b>5.640.103,75</b>	<b>129.455,26</b>	<b>1.950.011,40</b>
Investimentos	1.717.695,99	6.001.874,42	5.933.925,70	5.640.103,75	129.455,26	1.950.011,40
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.171.788,56</b>	<b>24.437.820,51</b>	<b>20.199.139,01</b>	<b>19.208.183,19</b>	<b>2.115.327,68</b>	<b>7.286.098,20</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>165.540,90</b>	<b>624.972,37</b>	<b>582.923,05</b>	<b>100,01</b>	<b>207.490,21</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	165.540,90	624.972,37	582.923,05	100,01	207.490,21
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>363.468,58</b>	<b>363.468,58</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Investimentos	-	363.468,58	363.468,58	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>165.540,90</b>	<b>988.440,95</b>	<b>946.391,63</b>	<b>100,01</b>	<b>207.490,21</b>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2018

PERÍODO  
TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)

EMISSÃO  
30/11/2018

PÁGINA  
1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>747.784,00</b>	<b>2.168.691,64</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>234.669.851,99</b>	<b>223.496.939,78</b>
Ordinárias	311,54	236.452,41	Ordinárias	226.197.941,74	39.621.745,66
Vinculadas	752.272,14	1.932.887,23	Vinculadas	8.471.910,25	183.875.194,12
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	Educação	-	178.291.048,53
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	752.272,14	1.932.887,23	Seguridade Social (Exceto RGPS)	7.538.596,95	283.279,02
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-4.799,68	-648,00	Recursos de Receitas Financeiras	99.101,37	-
			Alienação de Bens e Direitos	-	5.310,00
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	558.322,70	3.534.303,95
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	275.889,23	1.761.252,62
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>262.849.533,91</b>	<b>246.430.024,07</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>39.535.325,27</b>	<b>42.895.490,08</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	228.438.820,78	193.606.992,53	Resultantes da Execução Orçamentária	23.698.409,58	20.391.783,97
Repasse Recebido	204.782.734,99	173.252.088,56	Repasse Concedido	42.323,79	36.880,00
Sub-repasse Recebido	23.656.085,79	20.354.903,97	Sub-repasse Concedido	23.656.085,79	20.354.903,97
Independentes da Execução Orçamentária	34.410.713,13	52.823.031,54	Independentes da Execução Orçamentária	15.836.915,69	22.503.706,11
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	33.341.081,27	51.702.824,46	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	15.690.203,27	22.267.253,70
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.069.631,86	1.120.207,08	Movimento de Saldos Patrimoniais	146.712,42	236.452,41
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>32.331.791,69</b>	<b>45.931.722,31</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>20.584.384,17</b>	<b>29.143.116,67</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.685.892,45	4.318.719,56	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	946.391,63	1.281.621,68
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	29.028.062,10	41.422.341,60	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	19.208.183,19	27.699.568,87
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	445.283,48	152.406,62	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	429.809,35	161.926,12
Outros Recebimentos Extraorçamentários	172.553,66	38.254,53	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	25.840,74	38.254,53			
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,50	-			
Arrecadação de Outra Unidade	146.712,42	-			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>4.382.119,82</b>	<b>5.463.309,69</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>5.521.667,99</b>	<b>4.458.201,18</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.382.119,82	5.463.309,69	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.521.667,99	4.458.201,18
<b>TOTAL</b>	<b>300.311.229,42</b>	<b>299.993.747,71</b>	<b>TOTAL</b>	<b>300.311.229,42</b>	<b>299.993.747,71</b>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 30/11/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2018	2017
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>7.525.311,04</b>	<b>16.210.450,80</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>264.189.314,31</b>	<b>248.751.122,33</b>
<b>Recargas Derivadas e Originárias</b>	<b>747.784,00</b>	<b>2.168.691,64</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	36.159,34	27.254,56
Receita Agropecuária	515.934,40	438.866,29
Receita Industrial	70.005,30	49.299,06
Receita de Serviços	108.407,09	1.401.705,12
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Recargas Derivadas e Originárias	17.277,87	251.566,61
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>263.441.530,31</b>	<b>246.582.430,69</b>
Ingressos Extraorçamentários	445.283,48	152.406,62
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,50	-
Transferências Financeiras Recebidas	262.849.533,91	246.430.024,07
Arrecadação de Outra Unidade	146.712,42	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-256.664.003,27</b>	<b>-232.540.671,53</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-190.606.410,91</b>	<b>-167.317.377,83</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-7.402.927,39	-6.447.547,64
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-183.126.624,26	-160.603.319,72
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2018

PERÍODO  
TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)

EMISSÃO  
30/11/2018

PÁGINA  
2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
Organização Agrária	-102.700,00	-304.765,00
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	25.840,74	38.254,53
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-26.092.457,74</b>	<b>-22.165.877,50</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-25.993.783,74	-22.165.877,50
Outras Transferências Concedidas	-98.674,00	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-39.965.134,62</b>	<b>-43.057.416,20</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-429.809,35	-161.926,12
Transferências Financeiras Concedidas	-39.535.325,27	-42.895.490,08
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-6.385.762,87</b>	<b>-17.215.559,31</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-6.385.762,87</b>	<b>-17.215.559,31</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-6.377.906,77	-17.210.817,17
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-7.856,10	-4.742,14
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos de Financiamento</b>	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-







MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2018

PERÍODO  
TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)

EMISSÃO  
30/11/2018

PÁGINA  
3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.139.548,17	-1.005.108,51
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	4.382.119,82	5.463.309,69
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.521.667,99	4.458.201,18





EXERCÍCIO  
2018

PERÍODO  
TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)

EMISSÃO  
30/11/2018

PÁGINA  
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>268.113.178,54</b>	<b>299.995.819,33</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>732.561,07</b>	<b>1.917.611,78</b>
Venda de Mercadorias	515.934,40	438.866,29
Vendas de Produtos	70.005,30	49.299,06
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	146.621,37	1.429.446,43
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>120,40</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	120,40	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>265.433.889,37</b>	<b>297.517.654,35</b>
Transferências Intragovernamentais	262.849.533,91	246.430.024,07
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.584.355,46	51.087.630,28
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>1.776.457,41</b>	<b>308.825,34</b>
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.776.456,91	308.825,34
Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,50	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>170.150,29</b>	<b>251.727,86</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-





EXERCÍCIO 2018	PERÍODO TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 30/11/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	6.000,00	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	164.150,29	251.727,86
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>272.101.520,59</b>	<b>297.638.902,54</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>173.279.604,13</b>	<b>149.475.405,12</b>
Remuneração a Pessoal	136.262.621,75	117.832.005,67
Encargos Patronais	26.269.581,33	22.177.384,61
Benefícios a Pessoal	10.617.381,79	9.354.358,49
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	130.019,26	111.656,35
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>7.613.958,13</b>	<b>6.732.801,01</b>
Aposentadorias e Reformas	5.558.021,25	4.745.633,36
Pensões	2.005.495,15	1.959.575,87
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	50.441,73	27.591,78
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>40.861.557,70</b>	<b>39.881.408,90</b>
Uso de Material de Consumo	6.057.731,01	6.646.198,06
Serviços	30.141.161,46	28.139.206,54
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.662.665,23	5.096.004,30
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>27.216,22</b>	<b>8.969,22</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	24.880,88	8.537,22
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	2.335,34	432,00
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>42.412.669,28</b>	<b>94.043.911,90</b>
Transferências Intragovernamentais	39.535.325,27	42.895.490,08
Transferências Intergovernamentais	98.674,00	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.778.670,01	51.148.421,82
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>201.348,26</b>	<b>103.080,30</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	6.000,00	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	10.718,88	27.182,71
Incorporação de Passivos	331,98	15.510,15
Desincorporação de Ativos	184.297,40	60.387,44





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)

EMISSÃO 30/11/2018 PAGINA 3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
<b>Tributárias</b>	<b>31.221,75</b>	<b>56.573,56</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.293,46	8.188,59
Contribuições	20.928,29	48.384,97
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>7.673.945,12</b>	<b>7.336.752,53</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	5.110.404,51	5.268.096,91
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.563.540,61	2.068.655,62
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-3.988.342,05</b>	<b>2.356.916,79</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017







SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

## Notas Explicativas

### 1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano – é uma autarquia do Poder Executivo, sendo administração indireta vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), criado nos termos da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

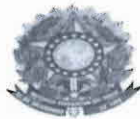
Até 2014, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano tinha uma unidade da administração central, a Reitoria, e 10 (dez) campi em pleno funcionamento, ofertando cursos em diferentes níveis e modalidades. Em 2015, somou-se às outras dez unidades o campus Serrinha, Em 2016 os campi Alagoinhas, Itaberaba e Xique-Xique completaram essa etapa de expansão. Assim, o IF Baiano é uma rede composta de 14 campi e da Reitoria, conforme abaixo:

Órgão 26404-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano:

CAMPUS	CNPJ
158129 - IF BAIANO-REITORIA	10724903000179
154579 - IFBAIANO VALENÇA	10724903000926
154580 - IFBAIANO ITAPETINGA	10724903000764
154581 - IFBAIANO T. FREITAS	10724903000845
154617 - IFBAIANO URUÇUCA	10724903001060
154618 - IFBAIANO G. MANGABE	10724903001140
151889 - IFBAIANO B.J. LAPA	10724903000683
158277 - IFBAIANO SANTA INES	10724903000250
158435 - IFBAIANO SENHOR BONFIM	10724903000330
158442 - IFBAIANO GUANAMBI	10724903000411
158443 - IFBAIANO CATU	10724903000500
155821 - IFBAIANO SERRINHA	10724903001221
155884 - IFBAIANOS ITABERABA	10724903001302
155885- IFBAIANO XIQUE-XIQUE	10724903001493
155891- IFBAIANO ALAGOINHAS	10724903001574

### 2 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis As Demonstrações Contábeis Consolidadas Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano)

As Demonstrações Contábeis do Órgão IF Baiano, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI. As Demonstrações Contábeis são



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que é o sistema responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial da União. As DCON consolidam as contas das Unidades Gestoras (UG) subordinada ao Órgão.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômica - financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

Na consolidação das demonstrações contábeis do IF Baiano, são utilizados critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as UGs que compõem o OFSS, visto que essas formam o ente econômico Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano).

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP.

Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

### **3 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreendem três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da IF Baiano, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP:

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras. A moeda funcional da União é o Real, sendo utilizado a mesma moeda pelo Órgão.

(b) Caixa e equivalentes de caixa. Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo. São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques. Compreendem as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o PEPS (Primeiro que Entra Primeiro que Sai). Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo PEPS.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Imobilizado. O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(h) Intangível. Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(i) Diferido Consiste no saldo de ativo diferido de empresas públicas referentes a gastos pré-operacionais e que não puderam ser alocados em ativos correspondentes, quando da mudança da Lei nº 6.404/1976. O saldo será amortizado linearmente, até 2017, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007.

(j) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis. A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(l) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet. O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(m) Passivos circulantes e não circulantes. As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações. (p) Empréstimos e financiamentos.

(n) Ajustes de Exercícios Anteriores. Ressalta-se a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

(o) Restos a Pagar. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços. No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte ("resíduos passivos"); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>). Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios:

I. Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) foi avaliada pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas;

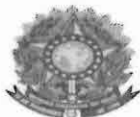
II. Dívida Pública Federal Externa (DPFe) foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Foi realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

(p) Provisões. As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares.

(q) Benefícios a empregados. Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência. Na União, existem benefícios oriundos de planos de contribuição definida (Planos da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp, por exemplo) e de benefício definido (Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, por exemplo). Nos planos de contribuição definida, os riscos atuarial e dos investimentos são dos participantes. Como não há nenhum risco para a União, conseqüentemente assim para o Órgão, não é realizado nenhum cálculo atuarial.

Nos planos de benefício definido, os riscos atuarial e dos investimentos recaem parcial ou integralmente para a União. A contabilização dos custos de tais planos exige a mensuração das obrigações atuariais, podendo gerar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassar o valor dos ativos do plano de benefícios, ou um ativo, na situação inversa.

Na União, têm sido realizados e contabilizados os riscos atuarial e dos investimentos relacionados com o RPPS dos servidores civis da União.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

(r) Ativos e passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

(s) Apuração do resultado. No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

(s.1) Resultado patrimonial. A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o Instituto e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ao Instituto, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(s.2) Resultado orçamentário. O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit / déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

(s.3) Resultado financeiro. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Órgão.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do Instituto, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Salienta-se que esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos

próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis. Nas tabelas e figuras apresentadas nas Notas Explicativas, podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.

#### **4 - Nota Explicativas 3º Trimestre - Balanço Patrimonial – Órgão 26404**

Do total do Ativo, 93,13% concentra-se no Ativo Não Circulante. No 3º trimestre de 2018 o Órgão apresentou uma redução 3,23% do seu Ativo Total em relação ao 3º trimestre de 2017. Esta redução foi mais representativa no grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo proveniente de adiantamento de férias e 13º salários regularizados no trimestre corrente.

##### **4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa**

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentada em “Moeda Nacional” e em “Moeda Estrangeira”. Como citado anteriormente, no IF Baiano contemplam-se apenas “Moeda Nacional”.

No terceiro trimestre de 2018, o grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional”, apresentou saldo de R\$ 5.521.667,99 equivalente a 32,94% do ativo circulante, com aumento aproximado em relação ao 3º trimestre 2017 em 26,00%.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

## 4.2 – Ativo Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o

reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

### 4.2.2– Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26404 possui saldo líquido no terceiro trimestre de 2018 de R\$ 44.405.765,67 em diversas contas de bens móveis, conforme tabela a seguir.

Tabela: Bens Móveis

Mês Lançamento	SET/2018		AV%		AH%		SET/2017	
	Saldo R\$ (Conta Contábil)				Saldo R\$ (Conta Contábil)			
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	23.140.943,25	52,11	6,30	21.768.700,29				
Bens de Informática	17.463.497,95	39,33	15,60	15.106.878,11				
Móveis e Utensílios	19.202.489,94	43,24	8,69	17.666.886,82				
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	5.199.728,16	11,71	11,93	4.645.520,47				
Veículos	16.736.625,95	37,69	(0,73)	16.859.770,95				
Semoventes e Equipamentos de Montaria	850.514,28	1,92	3,10	824.979,17				
Demais Bens Móveis	517.886,41	1,17	(10,56)	579.054,05				
Depreciação / Amortização Acumulada	(38.705.920,27)	(87,16)	20,78	(32.047.712,22)				
<b>Total</b>	<b>44.405.765,67</b>	<b>100,00</b>	<b>(2,20)</b>	<b>45.404.077,64</b>				

Fonte: Tesouro Gerencial

(1) No item Semoventes e Equipamentos de Montaria foram considerados os saldos das contas 123110110 - Equipamentos de Montaria e 123111000 – Semoventes.

Apesar da redução do saldo líquido no terceiro trimestre de 2018 em relação ao mesmo período de 2017 (2,20%), justificada principalmente pela depreciação do período, houve acréscimo aproximado, conforme análise horizontal, nas contas de Bens de Informática e Material Cultural Educacional e de comunicação. Explica-se principalmente pela aquisição de Bens de Informática adquiridos com objetivo da atualização do bens de Tecnologia da Informação e de material bibliográfico adquirido com objetivo de equipar as bibliotecas dos Campi.

Os mais representativos são Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, Bens de Informática e Móveis e Utensílios.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

A apuração mensal da depreciação é realizada conforme orientação contida na macrofunção 02.03.30, utilizado o método de quotas constantes.

#### 4.2.2– Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da IF Baiano em 30/09/2018 totalizavam R\$ 182.093.336,32 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela: Bens Imóveis

Mês Lançamento	SET/2018	AV%	AH%	SET/2017
Descritivo	Saldo R\$ (Conta Contábil)			Saldo R\$ (Conta Contábil)
Bens de Uso Especial	89.953.893,21	49,40	1,56	88.571.262,04
Bens Imóveis em Andamento	92.766.147,46	50,94	4,84	88.486.054,66
Instalações	120.694,01	0,07	0,00	120.694,01
Deprec./ Acum./ Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(747.398,36)	(0,41)	57,19	(475.472,59)
<b>Total</b>	<b>182.093.336,32</b>	<b>100,00</b>	<b>3,05</b>	<b>176.702.538,12</b>

Fonte: Tesouro Gerencial.

Em síntese, os Bens de Uso Especial, mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário são constituídos de Imóveis: Edifícios, Terrenos/Glebas, Imóveis de Uso Educacional, Fazendas, Parques e Reservas, entre outros.

Cabe informar que a Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento solicitou por meio do Ofício SPU-MP nº. 48.278/2017 a regularização de inconsistências de saldos de Bens Imóveis de Uso Especial.

É válido salientar que existem registros na conta de Bens Imóveis em Andamento, 50,94% do total dos saldos de imóveis, que deverão ser reclassificados, para isso, foram solicitadas a Coordenação de Engenharia informações necessárias para avaliação e posterior reclassificação.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O registro da Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet do IF Baiano vem sendo realizado regularmente.

### 4.3 – Ativos Intangíveis

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O Órgão IF Baiano, apesar de ter Ativos Intangíveis produzidos internamente, devido impossibilidade de sua mensuração, não pode ser ativado. Assim, estes ativos gerados internamente foram reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os 3º trimestres dos exercícios de 2018 e 2017.

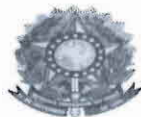
Tabela: Ativos Intangíveis

Mês Lançamento	SET/2018	AH%	SET/2017
Descritivo	Saldo R\$ (Conta Contábil)		Saldo R\$ (Conta Contábil)
Software – Vida Útil Indefinida	704.274,84	1,48	693.978,00
Software – Vida Útil Definida	0,00	100,00	50.378,70
Marcas Patentes e Vida útil Indefinida	120,00	0,00	120,00
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	0,00	100,00	(50.378,70)
<b>Total</b>	<b>704.394,84</b>	<b>1,48</b>	<b>694.098,00</b>

Fonte SIAFI 2017 e 2018.

Os ativos Intangíveis registrado no Órgão apresentaram no 3º trimestre do ano corrente um leve aumento de 1,48% em comparação a 3º trimestre do ano de 2017.

A Ug 158129 possui maior representatividade entre as demais Unidades Gestoras em relação ao grupo de Intangíveis com 94,28% dos software registrados no Órgão.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Vale ressaltar a variação negativa das baixas dos Softwares com vida útil definida, e suas respectivas amortizações, os quais foram perdidos o direito do uso, e por não haver a possibilidade de trazer benefícios futuros ao Instituto, foram reclassificados.

A apuração mensal da amortização é realizada conforme orientação contida na macrofunção 02.03.30, utilizado o método de quotas constantes.

#### 4.4 – Passivo

Do total do Passivo e Patrimônio Líquido, 7,35% concentra-se no Exigível a Curto Prazo, não havendo obrigações constituídas a longo prazo.

No 3º trimestre de 2018, O Instituto Federal Ciência e Tecnologia Baiano, apresentou um saldo de R\$ 2.930.800,07 relacionados com fornecedores e contas Pagar a Curto prazo, onde nota-se uma redução aproximada de 61,32% em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior.

Na próxima tabela, estão demonstrados a composição por unidade gestora contratante com os respectivos valores de Fornecedores e Contas a Pagar na data base de Setembro do ano corrente.

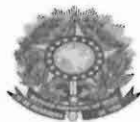
Tabela: Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

Unidades Gestoras	Saldos	AV%
158129 Reitoria	R\$ 290.521,03	9,91
154579 Campus Valença	R\$ 367.464,09	12,54
154580 Campus Itapetinga	R\$ 197.629,17	6,74
154581 Campus Teixeira de Freitas	R\$ 84.725,19	2,89
154617 Campus Uruçuca	R\$ 252.283,15	8,61
154618 Campus Governador Mangabeira	R\$ 141.144,38	4,82
151889 Campus Bom Jesus da Lapa	R\$ 151.889,00	5,18
158277 Campus Santa Inês	R\$ 208.896,21	7,13
158435 Campus Senhor do Bonfim	R\$ 352.939,17	12,04
158442 Campus Guanambi	R\$ 459.710,00	15,69
158443 Campus Catu	R\$ 165.433,16	5,64
155821 Campus Serrinha	R\$ 124.424,15	4,25
155884 Campus Itaberaba	R\$ 61.395,55	2,09
155885 Campus Xique-Xique	R\$ 38.562,11	1,32
155891 Campus Alagoinhas	R\$ 33.783,71	1,15
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.930.800,07</b>	<b>100</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2018

Nota-se que as Unidades Gestoras Guanambi, Valença, Senhor do Bonfim, Reitoria e Uruçuca correspondem a 58,78% do total dos Fornecedores e Contas a Pagar.

É oportuno informar que os cinco maiores fornecedores registrados no passivo deste órgão, correspondem a 29,06% do total das obrigações a curto prazo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os cinco fornecedores com os valores mais significativos relativos ao terceiro trimestre de 2018, contratados pelas unidades vinculadas ao Órgão.

Tabela: Fornecedores e Contas a Pagar – Composição por fornecedor

Fornecedor	Saldo R\$	AV%
08766411000102 ATITUDE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI - EPP	137.482,00	4,69
15139629000194 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA	185.037,12	6,31
23170931000133 MURANO CONSTRUCOES EIRELI - ME	211.677,20	7,22
16596849000100 NT-NERIAH TECNOLOGIA EIRELI - EPP	166.495,00	5,68
09281162000110 TOPSERVICE TERCEIRIZACAO EIRELI	150.864,14	5,15

Fonte: Tesouro Gerencial 2018

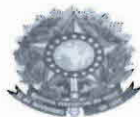
A seguir descrevemos o resumo do objeto destes cinco fornecedores mais significativos e IF Baiano:

- **MURANO CONTRUÇÕES EIRELLI - ME** – Obrigações realizadas pela unidade gestora de Valença, referente a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial corretiva.
- **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA** – Obrigações realizadas pelas unidades gestoras de Bom Jesus da Lapa (R\$84,24), Senhor do Bonfim (R\$75.279,34), Guanambi (R\$53.700,58), Catu (R\$41.338,60), Serrinha (R\$13.105,88) e Xique-Xique (R\$1.528,48), referente fornecimento de energia elétrica.
- **NT - NERIAH TECNOLOGIA EIRELE-EPP** – Obrigações oriundas da unidade Guanambi, que teve como objeto aquisição de materiais permanentes.
- **TOPSERVICE TERCEIRIZAÇÃO EIRELLI** – Obrigações contraídas pela unidade Reitoria, destinadas a pagamento de serviços continuados de limpeza e manutenção.
- **ATITUDE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRLLI - EPP** – Obrigações contraídas unidades Valença (R\$66.187,77), Bom Jesus da Lapa (R\$25.761,36) e Santa Inês (R\$45.532,87), destinadas a pagamento de serviços continuados de limpeza e manutenção.

A Reserva de Capital e Demais Reservas de Lucros (Reserva de Avaliação), são decorrentes da transformação das Escolas Agrotécnicas para Instituto Federal Ciência e Tecnologia Baiano, relacionadas as Unidades Gestoras 158277 e 158442 respectivamente.

## 5 – ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais compreendem contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, exclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados a execução orçamentária e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

financeira e as contas com função precípua de controle. Assim os potenciais passivos registrarão os atos e fatos que possam vir a aumentar o passivo ou diminuir o ativo da entidade governamental.

Conforme tabela abaixo, observa-se que as obrigações contratuais relacionadas a serviços (89,80%) são os mais significativos em relação ao total das obrigações contratuais.

Salienta-se que as obrigações contratuais do IF apresentaram uma redução total de 20,58% em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior, onde as obrigações contratuais relacionadas a serviços (21,25%) e fornecimentos de bens (14,25%) foram as reduções os mais significativas.

O gráfico abaixo retrata as obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela: – Composição Obrigações Contratuais do Órgão

Obrigações Contratuais	Saldo R\$ set/2018	AV%	AH%	Saldo R\$ set/2017
Aluguéis	2.401,81	0,01	(100,00)	0,00
Fornecimento de Bens	2.086.865,50	10,17	(14,27)	2.434.218,63
Seguros	3.922,57	0,02	86,19	2.106,78
Serviços	18.426.661,98	89,80	(21,25)	23.399.506,60
Total	20.519.851,86	100,00	(20,58)	25.835.832,01

Fonte: Tesouro gerencial 2018 e 2017.

No próximo gráfico, constata-se que as unidades gestoras Catu, Uruçuca e Valença são responsáveis por aproximadamente por 42,81% das obrigações potenciais passivas do Instituto.

Tabela: – Composição Obrigações Contratuais do Órgão

Métrica		Saldo R\$ (Conta Contábil)	AV%
Unidade Gestora		Total	
151889	IF BAIANO CAMPUS BOM JESUS DA LAPA	331.802,73	1,62
154579	INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS VALENÇA	2.191.756,83	10,68
154580	INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS ITAPETINGA	1.454.481,65	7,09
154581	INST. FED. BAIANO - CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS	1.138.593,12	5,55
154617	INST. FED. BAIANO - CAMPUS URUCUCA	3.022.650,35	14,73
154618	INST. FED. BAIANO - CAMPUS GOV. MANGABEIRA	1.139.623,13	5,55
155821	INST.FED.BAIANO / CAMPUS SERRINHA	904.736,53	4,41
155884	INST.FED.BAIANO / CAMPUS ITABERABA	463.537,10	2,26
155885	INST.FED.BAIANO / CAMPUS XIQUE-XIQUE	455.721,04	2,22
155891	INST.FED.BAIANO / CAMPUS ALAGOINHAS	762.162,75	3,71
158129	INST FED DE EDUC CIENC E TECNOLOGIA BAIANO	1.734.489,45	8,45
158277	INST.FED.BAIANO/CAMPUS SANTA INES	1.007.287,07	4,91
158435	INST.FED.BAIANO/CAMPUS SENHOR DO BONFIM	708.933,33	3,45
158442	INST. FED. BAIANO - CAMPUS GUANAMBI	1.634.217,38	7,96
158443	INST.FED.BAIANO/CAMPUS CATU	3.569.859,40	17,40
Total		20.519.851,86	100,00

Fonte: Tesouro gerencial 2018



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Quadro 03 – Obrigações Contratuais - Por Contratado

Contratado		Saldo R\$	AV%
18363132000143	AGILE SERVICOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP	1.316.324,42	6,41
08766411000102	ATITUDE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI - EPP	1.725.274,18	8,41
ICCAT0617	CONTRATO 06/17 - CONTINUA LIMPEZA	730.794,66	3,56
00323090000151	SOLL -SERVICOS OBRAS E LOCACOES LTDA	900.061,41	4,39
10992653000158	TS TERCEIRIZACAO & SERVICOS EIRELI - ME	736.663,15	3,59
Total		5.409.117,82	26,36

Fonte: Tesouro gerencial 2018

É relevante informar que os cinco maiores contratos representam 26,36% do total das obrigações contratuais do Órgão. A seguir descrevemos o resumo do objeto contratual realizado destes 05 contratos mais significativos do IF Baiano:

- **ATITUDE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI – EPP** - contratado pelas unidades gestoras Valença (R\$ 1.066.360,48), Bom Jesus da Lapa (R\$69.640,41) e Santa Inês (R\$589.273,29), que tem por objeto do contrato o fornecimento de mão de obra terceirizada.
- **AGILE SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP** - contratado pelo Campus de Itapetinga (R\$1.217.107,06) e Uruçuca (R\$99.217,36), cujo objeto do contrato é fornecimento de mão de obra terceirizada.
- **SOLL – SERVIÇOS OBRAS E LOCAÇÕES LTDA** - contratado pela unidade gestora Uruçuca, cujo objeto do contrato o fornecimento de mão de obra terceirizada.
- **CONTRATO 06/17 - CONTINUA LIMPEZA** - contratado pela unidade gestora de Catu, tendo por objeto do contrato o fornecimento de mão de obra terceirizada.
- **TS TERCEIRIZAÇÃO & SERVIÇOS EIRELI - EPP** - contratado pela unidade gestora Teixeira de Freitas, tendo como o objeto do o fornecimento de mão de obra terceirizada.

## 6- Ajustes Exercício Anteriores

A conta 23711.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores que “*registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes*” apresentou no terceiro trimestre de 2018 um saldo devedor de R\$3.219.739,38.

No próximo gráfico, é apresentado a composição dos saldos da conta de Ajuste Exercícios Anteriores por Unidade Gestora, onde a Reitoria; é a unidade com maior representatividade. O lançamento de ajuste 2018FL000053, decorre da necessidade de atender o Acordão TCU 1322/2018.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Tabela: – Composição Ajustes Exercícios Anteriores do Órgão

Unidade Gestora		Saldo R\$	Natureza
154579	INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS VALENCA	28.799,54	Devedora
154581	INST. FED. BAIANO -CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS	630,00	Credora
155884	INST.FED.BAIANO / CAMPUS ITABERABA	3.442,32	Devedora
155885	INST.FED.BAIANO / CAMPUS XIQUE-XIQUE	7.678,48	Devedora
158129	INST FED DE EDUC CIENC E TECNOLOGIA BAIANO	3.198.161,14	Devedora
158435	INST.FED.BAIANO/CAMPUS SENHOR DO BONFIM	17.712,10	Credora

Fonte: SIAFI 2018

## 7 - Nota Explicativas 1º Trimestre - Balanço Orçamentário – Órgão 26404

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art.35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Até o terceiro trimestre de 2018 as receitas realizadas, montaram a quantia aproximada de R\$ 747.784,00, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 232.658.959,01 ocasionando um resultado orçamentário deficitário da ordem de 231.911.175,10 no encerramento 3º trimestre.

Essa disparidade pode ser justificada pelas Receitas Realizadas conterem valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelo órgão, não se computando os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas (Dotação Atualizada); e a de que os créditos orçamentários não são mais demonstrados no BO, face à metodologia de elaboração do BO por “ente” e não por “órgão/UG”. Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar que os recursos financeiros (Transferências Financeiras Recebidas - dependentes da execução orçamentária), registradas do lado dos Ingressos correspondem à contrapartida dos créditos orçamentários recebidos. Portanto, o total das disponibilidades financeiras (Receitas Arrecadadas e Transferências Financeiras Recebidas), são suficientes para atender às despesas empenhadas no exercício.

### Restos a Pagar

Para elaboração da nota explicativa relativa à execução orçamentária dos restos a pagar, considerou-se a execução dos Restos a Pagar Não Processados - RPNP, referente à execução das unidades vinculadas ao órgão, com o orçamento dos próprios órgãos, consignado na LOA, computando-se também o orçamento (créditos orçamentários) recebidos de outros órgãos para execução de determinados programas governamentais.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

No encerramento do exercício de 2017, o IF Baiano inscreveu na rubrica RPNP, despesas da ordem de R\$ 28,6 milhões considerando RP Reinscritos (14,58%) e os RPNP Inscritos (85,42%).

O próximo quadro apresenta a composição dos RPNP não processados do IF Baiano por unidade gestora inscritos no início do exercício.

Tabela: – Composição por Unidade Gestora RPNP - Órgão

Tabela RPNP 00/2018

CAMPUS	REINSCRIÇÃO DE RPNP A LIQUIDAR	INSCRIÇÃO DE RPNP A LIQUIDAR	TOTAIS
BOM JESUS DA LAPA	R\$ 132.349,02	R\$ 991.388,85	R\$ 1.123.737,87
VALENÇA	R\$ 95.834,41	R\$ 1.873.475,05	R\$ 1.969.309,46
ITAPEATINGA	R\$ 184.913,63	R\$ 770.528,25	R\$ 955.441,88
TEIXEIRA DE FREITAS	R\$ 692.405,10	R\$ 1.358.381,35	R\$ 2.050.786,45
URUÇUCA	R\$ 458.732,62	R\$ 2.493.707,11	R\$ 2.952.439,73
GOVERNADOR MANGABEIRA	R\$ 140.449,49	R\$ 856.666,30	R\$ 997.115,79
SERRINHA	R\$ 11.568,64	R\$ 887.960,68	R\$ 899.529,32
ITABERABA	R\$ 272.196,33	R\$ 1.295.816,61	R\$ 1.568.012,94
XIQUE-XIQUE	R\$ 17.348,16	R\$ 566.318,67	R\$ 583.666,83
ALAGOINHAS	R\$ 36.462,87	R\$ 1.242.231,05	R\$ 1.278.693,92
REITORIA	R\$ 1.627.781,39	R\$ 3.506.857,84	R\$ 5.134.639,23
SANTA INÊS	R\$ 75.446,44	R\$ 2.152.696,35	R\$ 2.228.142,79
SENHOR DO BONFIM	R\$ 339.517,17	R\$ 3.119.554,95	R\$ 3.459.072,12
GUANAMBI	R\$ 61.937,17	R\$ 2.279.001,34	R\$ 2.340.938,51
CATU	R\$ 24.846,12	R\$ 1.046.236,11	R\$ 1.071.082,23
<b>TOTAIS</b>	<b>R\$ 4.171.788,56</b>	<b>R\$ 24.440.820,51</b>	<b>R\$ 28.612.609,07</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Fica evidente, que as unidades Teixeira de Freitas, Uruçuca, Reitoria, Santa Inês, Senhor do Bonfim e Guanambi, representam 63,48% do total das despesas inscritas e reinscritas em Restos a Pagar no encerramento do exercício de 2017.

Decorridos o 3º trimestre de 2018, após analisar a mesma rubrica, observa-se uma redução desde estoque aproximado de 74,53%. No quadro seguinte é demonstrado como ocorreu esta execução.

Tabela: – Execução RPNP - Órgão

Execução RPNP	Saldo R\$ (Conta Contábil)
Saldo Inicial de RPNP( A )	R\$ 28.612.609,07
RPNP Processados* ( B )	R\$ 19.208.183,19
RPNP Cancelados ( C )	R\$ 2.115.327,68
Saldo de RPNP Setembro / 2018= ( A )-( B )-( C )	R\$ 7.289.098,20

Fonte: Balanço Orçamentário

É oportuno informar que o volume de recursos relativos às despesas inscritas em RPNP, no âmbito do IF Baiano, pode ser justificado, entre outros fatores, pelo contingente de demanda de recursos orçamentários em função das políticas educacionais do Governo Federal, conjugado com as excepcionalidades legais relativas à vigência destas despesas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

De acordo com o artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872/86, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os RPNP que se referirem às despesas do PAC, do Ministério da Saúde, e do Ministério da Educação financiadas com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Vale salientar que a Coordenação de Contabilidade e Diretoria Orçamentária do IF Baiano, reitera a suas unidades vinculadas, a solicitação para análise e baixa, em referência à orientação da Coordenação-Geral de Programação Financeira - COFIN/STN, e recomendações do TCU em acórdãos que abordam o assunto.

## **8- NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP**

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos. Adiante, são apresentadas as contrapartidas dos itens da DVP referentes aos registros realizados no Balanço Patrimonial, detalhados nas notas explicativas desse demonstrativo.

### **8.1- Variações Patrimoniais Aumentativas**

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o Instituto e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

Observa-se conforme o quadro abaixo, uma redução de 10,63% ao final do terceiro trimestre de 2018 comparado ao terceiro trimestre do ano de 2017. Esta redução decorreu das reduções das Transferências Orçamentárias recebidas (10,78%), e da redução da Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos exploração de prestação de serviços (89,75%) decorrente da não realização de concursos públicos / processos seletivos, comparado ao mesmo período do exercício anterior.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Tabela: – Execução Variações Patrimoniais Aumentativas - Composição – Órgão

	2018	AV%	AH%	2017
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>268.113.178,54</b>	<b>100,00</b>	<b>-10,63</b>	<b>299.995.819,33</b>
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	732.561,07	0,27	-61,80	1.917.611,78
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	120,40	0,00		-
Transferências e Delegações Recebidas	265.433.889,37	99,00	-10,78	297.517.654,35
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.776.457,41	0,66	475,23	308.825,34
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	170.150,29	0,06	-32,41	251.727,86

Fonte: SIAFI 2018

## 8.2- Variações Patrimoniais Diminutivas

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ao Instituto, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP

O quadro abaixo apresenta a composição das VPDs do IF Baiano por categoria, após fechamento dos terceiros trimestres de 2018 comparado ao de 2017.

Tabela: – Execução Variações Patrimoniais Diminutivas - Composição – Órgão

	2018	AV%	AH%	2017
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>272.101.520,59</b>	<b>100,00</b>	<b>-8,58</b>	<b>297.638.902,54</b>
Pessoal e Encargos	173.279.604,13	63,68	15,93	149.475.405,12
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.613.958,13	2,80	13,09	6.732.801,01
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	40.861.557,70	15,02	2,46	39.881.408,90
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	27.216,22	0,01	203,44	8.969,22
Transferências e Delegações Concedidas	42.412.669,28	15,59	-54,90	94.043.911,90
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	201.348,26	0,07	95,33	103.080,30

Fonte: SIAFI 2018

Salienta-se que houve uma redução total da VPD de 8,58% ao final do terceiro trimestre de 2018 comparado ao terceiro trimestre do ano de 2017, sendo o mais relevante as variações diminutivas provenientes de gastos com transferências concedidas (54,90%). Apesar da redução já apresentada, destaca-se o aumento do grupo de pessoal e encargos, (15,93%) decorrente da contratação de novos servidores.

É oportuno destacar o aumento de 15,02% das VPDs decorrentes as despesas serviços que estão relacionadas as atividades Instituto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Já as Transferências e Delegações Concedidas, destinaram-se em grande parte a transferências concedidas para pagamento de RP.

Salvador, 24 de Outubro de 2018.

Eron Paz Rosado

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano  
Pró Reitoria de Administração e Planejamento  
Coordenação Geral de Contabilidade